

INVENTÁRIO Nº 4

Dossiê de
Notícias

COMISSÃO DE
**MU
LHE
RES**

SINDIRECEITA

Publicações
realizadas no site do
Sindireceita
em 2025



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| Comissão de Mulheres

ABRIL/2026

Comissão de Mulheres do Sindireceita (2025-2028)

Coordenadora-Geral

Lucia Helena de Andrade

Coordenadora-Adjunta

Katia Rosana Nobre Silva - DS São Paulo/SP

Coordenadora-Adjunta

Sandra Aparecida de Souza Pereira - DS Brasília/DF

Coordenadora-Administrativa

Priscila Maria Borges de Rezende - DS Vitória/ES



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

Integrantes

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares - DS Brasília/DF

Fernanda Franklin da Silva - DS Sorocaba/SP

Ivaniza Leão Santana Silva da Costa - DS Foz de Iguaçu/PR

Karla Costa Fantacini - DS Ribeirão Preto/SP

Maria Elena Miranda - DS São Paulo/SP

Marlene Ribeiro Mafra Cruz - DS São Luís/MA

Odete Apolinário de Souza - DS Cascavel/PR

Regina Célia Kreuzsch Razzolini - DS Curitiba/PR

Tânia Maria Fonseca da Silva - DS Natal/RN

Vânia Maria de Oliveira e Silva - DS Manaus/AM

Comissão de Mulheres do Sindireceita, Inventário N° 4, 2026.

Material preparado para distribuição gratuita na XCVII Reunião CNRE - Ordinária, realizada de 10 a 12 de abril de 2026, em Brasília - DF.

O conteúdo integral desta edição está disponível no site oficial do Sindireceita: www.sindireceita.org.br, em formato PDF acessível, com opção de *download* para leitura *offline*.

Obra registrada e protegida por direito autoral na Câmara Brasileira do Livro. A reprodução total ou parcial é autorizada, desde que citada a fonte e mantida a integridade do conteúdo.

DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA
abril de 2026



Comissão de Mulheres

Coordenadora-Geral

2025-2028



Lucia Helena de Andrade

Responder pela coordenação geral da comissão de mulheres, após uma gestão tão exitosa, traz uma responsabilidade e o compromisso de também conseguir manter a atuação proativa e em dia com as pautas do movimento geral de mulheres e dos trabalhadores, em geral.

A comissão de mulheres elevou o Sindireceita a um patamar de reconhecimento de entidade que pensa no coletivo de mulheres; que, diga-se de passagem, é um contingente expressivo do corpo de filiados; mas, esse reconhecimento tem que ser praticado, também, pela Diretoria Executiva Nacional, em forma de apoio a nossa agenda de atuação.

É inconcebível que nenhuma demanda de apoio financeiro apresentada pela Comissão tenha sido atendida, durante o exercício de 2025. É inconcebível, também, que ainda tenhamos diárias pendentes de pagamento, de deslocamentos realizados em 2024.

As entregas da comissão, nesse intervalo de 2024/2025, somente foram possíveis por contribuição de delegacias simpáticas a nossa pauta.

Recentemente representantes da DEN participaram de seminário organizado pela comissão de mulheres do Sindifisco. Um coletivo que foi estruturado a partir do acompanhamento da atuação da comissão de mulheres do Sindireceita.

Ter sido pioneiras no destaque da pauta feminina no sindicato e na RFB não foi suficiente para que a DEN priorizasse a participação da comissão naquele seminário, tendo indicado duas diretoras da DEN. Assim como não foi suficiente para que a Comissão de Mulheres tivesse garantido o apoio a sua pauta de trabalho.

O fato de ser diretora da DEN não credencia a que essa diretora fale em nome da comissão de mulheres. Dividir tarefas, dividir espaço de atuação somente potencializa a presença do sindicato em diferentes frentes.

Uma gestão que não dá espaço para que o seu corpo de filiados e as diversas estruturas da instituição possam ter protagonismo em determinado momento em que a pauta lhes diga respeito se enfraquece, pois a troca de ideias e de formas de atuação oxigena uma instituição, mostrando caminhos alternativos que podem encurtar o alcance de objetivos.

Continuaremos a acompanhar as pautas femininas e a pensar em soluções de inserção das analistas nessas pautas.



Comissão de Mulheres

Coordenadora-Geral

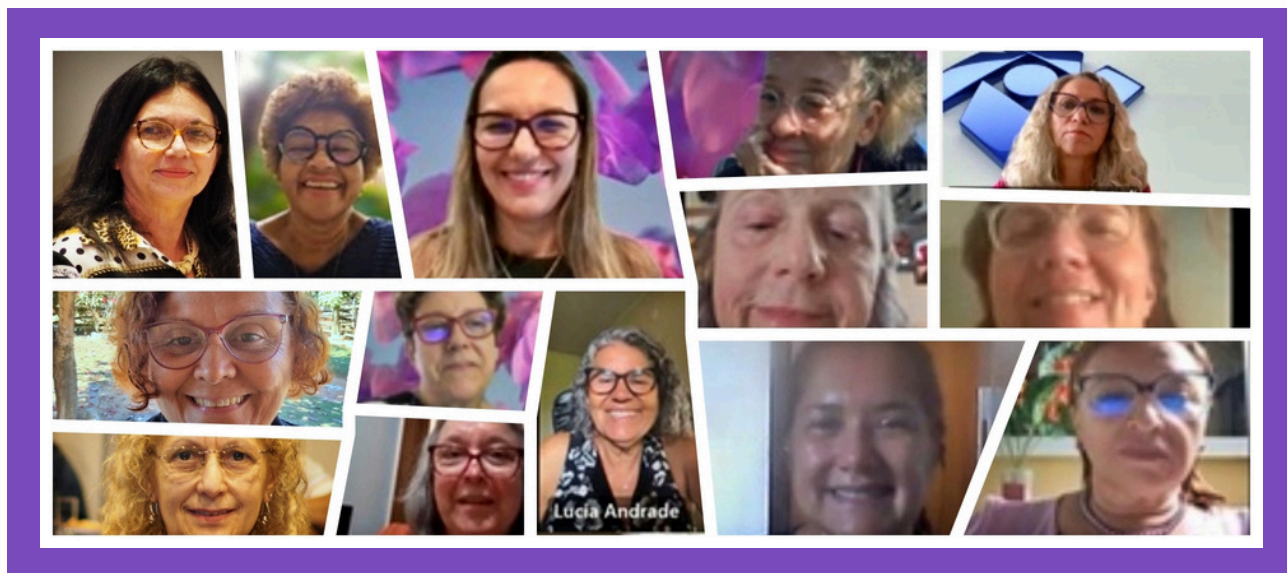
2025-2028



A força de um coletivo é sempre maior que a força de um elemento isolado.

A força das analistas, se caminharmos com um mesmo objetivo, poderá fazer a diferença no alcance de nossas pautas, tanto trabalhistas quanto de respeito e de preservação de nossas vidas e nosso espaço de direito, na sociedade.

Sigamos, juntas, rumo a conquista do nosso lugar de fala!



Comissão de Mulheres do Sindireceita 2025-2028



Comissão de Mulheres

Coordenadora-Geral

2022-2025



Denise Rodrigues de Figueredo

Entre 2022 e 2025, a Comissão de Mulheres do Sindireceita não foi apenas um espaço de trabalho coletivo. Foi revolucionário, um espaço de transformação, de afeto, de luta, de construção para o Sindireceita e de mudanças na Receita Federal.

Foram anos intensos de encontros, debates, acolhimentos, desafios e conquistas que, pouco a pouco, fortaleceram a presença e a voz das Analistas Tributárias dentro do sindicato e na RFB. Promovemos diálogos necessários, levantamos pautas urgentes, enfrentamos silêncios históricos e criamos pontes. Construimos redes de apoio, ampliamos a participação feminina, incentivamos a formação, a consciência política, a luta contra o assédio e a violência. Cada ação teve propósito e cada passo foi dado com coragem.

Mas, para mim, essa caminhada teve um significado ainda mais profundo.

Ter a honra de coordenar a Comissão de Mulheres nessa primeira fase de sua existência foi uma das experiências mais ricas e transformadoras da minha trajetória. Foi muito mais do que uma função, foi aprendizado diário, escuta atenta, partilha, responsabilidade e crescimento humano. Aprendi sobre liderança coletiva, sobre empatia, sobre a força da sororidade e, principalmente, sobre o poder que nasce quando mulheres se unem por um propósito maior.

Eu cresci junto com a Comissão.

Cresci nas conversas, nos desafios, nas divergências que nos ensinaram, nas risadas que aliviaram o peso dos dias difíceis, nos abraços de acolhimento, nas vitórias que celebramos juntas. Carrego comigo não apenas resultados concretos, mas memórias, vínculos e um sentimento profundo de gratidão.

Sou grata por cada mulher que caminhou ao meu lado, por cada colega que nos apoiou, por cada coletivo que somou forças, ideias e coragem. Nada do que construimos foi individual. Tudo foi tecido a muitas mãos, com generosidade, compromisso e responsabilidade.

O trabalho segue, porque a luta por equidade e respeito é permanente. E eu sigo com esperança no futuro, confiante de que novas vozes chegarão, novos passos serão dados e a Comissão continuará sendo esse espaço potente de transformação.



NOTÍCIAS 2025



Sindicato

Reconhecimento à atuação da Comissão de Mulheres

A Comissão alcançou amplamente seus objetivos de promover o debate, a conscientização e a valorização das Analistas-Tributárias e agradece.

22 de dezembro de 2025 às 08:46

Atualizado: 26 de dezembro de 2025 às 08:32

Agradecemos a dedicação e a coragem política de todas as integrantes da Comissão de Mulheres do Sindireceita no período de 2022 a 2025, que não apenas inauguraram um novo ciclo de organização das Analistas-Tributárias, aprofundando o enfrentamento ao assédio e à articulação institucional em defesa das mulheres na Receita Federal do Brasil, cuja atuação transformou a pauta de gênero em eixo estratégico da defesa de todas servidoras públicas. Fizeram parte desta Comissão de Mulheres as seguintes Analistas-Tributárias:

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares – DS Brasília

Ana Wladia H Melo – DS Fortaleza

Dardielle Lima César – DS Belo Horizonte

Denise Rodrigues de Figueredo – DS Palmas

Fernanda Franklin da Silva – DS Sorocaba

Karla Costa Fantacini – DS Ribeirão Preto

Katia Rosana Nobre Silva – DS São Paulo

Luana Helena Bedin – DS Campinas

Maria Elena Miranda – DS São Paulo

Maria Sueli de Oliveira – DS Curitiba

Mariluce Vilela Fontoura – DS Campo Grande – Diretora DEN

Priscila Maria Borges de Rezende – DS Vitória

Silvia Helena de Alencar Felismino – DS Fortaleza

Suzete Rocha de Meira – DS Sorocaba

Tânara Mira de Souza – DS Belém

Tânia Maria Fonseca da Silva – DS Natal



Ao longo desta trajetória estiveram também presentes:

Elivaldete Gomes Corrêa – DS São José dos Campos

Elza Aparecida D’Andrade Trivelato – DS São José do Rio Preto

Gisele Azeredo Vieira – DS Vitória

Iêda Maria de Miranda – DS Brasília – Diretora DEN

Katia Vanessa Gomes Goursand – DS Brasília

Marah Lúcia Castro Aguiar – DS Fortaleza

Mônica Botelho – DS Presidente Prudente

Desde a criação da Comissão, aprovada pelo CNRE em julho de 2022, foi possível instituir um espaço permanente de formulação política e de acolhimento das demandas específicas das Analistas-Tributárias, com objetivo expresso de debater gênero, equidade, condições de trabalho e representatividade. A ampla participação de colegas de várias regiões, formalizada na lista inicial de integrantes, demonstrou desde o início que havia disposição real da categoria para organizar-se em torno da pauta feminina. Comissão de Mulheres do Sindireceita recebe candidaturas e divulga proposta aprovada no CNRE

Em fevereiro de 2023, a Comissão de Mulheres foi recebida pelo Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, ocasião em que apresentou carta com propostas inserindo de forma inédita as demandas das Analistas-Tributárias diretamente na agenda da alta administração. Comissão de Mulheres é recebida pelo Secretário da RFB Robinson Barreirinhas

No ano de 2023 a Comissão esteve sempre atenta e participativa, divulgando as ações sugeridas e implementadas na RFB e pelo Governo Federal, com destaque para a criação da Comissão da Mulher, da Equidade, da Diversidade e da Inclusão (CMEDI), instituída pela Portaria RFB nº 297, de 28 de fevereiro de 2023. Comissão de Mulheres do Sindireceita celebra Portaria histórica para a RFB - 10 Avanços das mulheres em 2023 - As mulheres e a Receita Federal



A Comissão teve papel destacado na organização e divulgação de debates, lives e estudos sobre assédio moral e sexual, bem como na análise de normativos como a Portaria RFB nº 343, de 24 de agosto de 2023, que institui a Política de Prevenção e de Enfrentamento ao Assédio Sexual no âmbito da Receita Federal. [Receita Federal publica Portaria que institui a Política de Prevenção e de Enfrentamento ao Assédio Sexual - Comissão de Mulheres do Sindireceita comemora a publicação da norma](#)

A Comissão esteve sempre presente em grandes eventos comemorativos da Semana das Mulheres – 8 de março, inclusive no Palácio do Planalto. Nessas ocasiões foram promovidas palestras e lives sobre assuntos de interesse da pauta das Analistas-Tributárias. Um dos resultados destas atividades de formação e informação foi o lançamento em 2024 do e-mail institucional assedio@sindireceita.org.br, criando um canal permanente para acolher e encaminhar denúncias

Na XVII AGN/Congresso Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, realizada em Salvador em setembro de 2024, foi aprovada, pela primeira vez na história do Sindireceita, uma pauta de reivindicações específica para as mulheres. A Portaria RFB nº 601/2025, que trata do teletrabalho é uma conquista da pauta aprovada.

Além disso, a Comissão acompanhou avanços normativos como a inclusão, nas regras de remoção, da hipótese de risco excepcional e efetivo à integridade de servidores e familiares, o que abre caminho para respostas mais ágeis em situações de violência, incluindo violência doméstica que atinge diretamente mulheres trabalhadoras.

O Parecer JM-07, publicado em 12/02/2025, é sem dúvida a mais abrangente e importante conquista da Comissão de Mulheres, pois trata da remoção de servidoras vítimas de violência doméstica, sendo resultado direto do trabalho realizado pela Analista-Tributária Denise Figueredo, Coordenadora-Geral da Comissão de Mulheres do Sindireceita. [Aprovado parecer sobre remoção de servidoras vítimas de violência doméstica](#)



Este importante trabalho deu origem Portaria Conjunta MGI/MMULHERES nº 88, publicada em 12/12/2025 que estabelece regras na administração pública federal, autárquica e fundacional para redistribuição e movimentação de servidoras e servidores em situação de violência doméstica e familiar. [MGI e Ministério das Mulheres publicam portaria que regulamenta a movimentação de servidoras e servidores vítimas de violência doméstica](#)

Diante desse percurso, o agradecimento institucional se estende a todas as mulheres que participaram das oficinas iniciais, das pesquisas, da construção das cartas ao Secretário da RFB, da organização das Semanas da Mulher, das lives, das articulações com MPT, MF, MM, AGU e demais entidades, bem como todas as ações que consolidam esse legado. Cada passo dado por essa Comissão de Mulheres significou mais proteção, mais voz, mais visibilidade e mais possibilidades de futuro para as Analistas-Tributárias da Receita Federal do Brasil.

Confira as Revistas da Comissão de Mulheres do Sindireceita.

[Comissão de Mulheres do Sindireceita lança Revista nº 01 sobre ações desenvolvidas pelo colegiado](#)

[Comissão de Mulheres do Sindireceita lança Revista nº 02](#)

A qualquer momento as Analistas-Tributárias poderão nos encaminhar suas demandas, utilize o e-mail mulheres@sindireceita.org.br. Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br.

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Sindicato

Regulamentação da movimentação de servidoras e servidores vítimas de violência doméstica

Comissão de Mulheres do Sindireceita comemora novo avanço da pauta feminina

12 de dezembro de 2025 às 15:14

Atualizado: 29 de dezembro de 2025 às 16:25

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério das Mulheres (MM) publicaram nesta sexta-feira, 12 de dezembro, a Portaria Conjunta MGI/MM nº 88/2025, que estabelece regras para remoção, redistribuição e movimentação de servidoras e servidores em situação de violência doméstica e familiar na administração pública federal.



A Portaria detalha todos os procedimentos necessários para que a vítima de violência seja imediatamente separada do agressor, o que reduz a possibilidade de uma tragédia maior. É o reconhecimento de um trabalho intenso, com a participação de diversos coletivos de mulheres, do qual a Comissão de Mulheres do Sindireceita teve uma atuação de suma importância.



[Clique aqui e leia a íntegra da Portaria Conjunta MGI/MM.](#)

A Comissão de Mulheres do Sindireceita continuará atuando para garantir a luta contra desigualdades de gênero e violência contra as mulheres, e solicita que todas participem e mandem sugestões para que possa ser ampliada essa mobilização.

A qualquer momento as Analistas-Tributárias poderão nos encaminhar suas demandas. Para isso, utilize o e-mail mulheres@sindireceita.org.br.

Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br.

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Sindicato

Comissão de Mulheres participa do Levante Mulheres Vivas que se encerra no Dia Internacional dos Direitos Humanos

Levante Mulheres Vivas se iniciou no dia 20/11/2025 e se encerra no Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10/12/2025

12 de dezembro de 2025 às 14:20

Atualizado: 15 de dezembro de 2025 às 11:48

No último domingo, dia 7, tivemos o Levante Mulheres Vivas, em Brasília/DF. A Comissão de Mulheres do Sindireceita, representada pela sua Coordenadora-Geral, Lucia Helena de Andrade, participou da manifestação onde estiveram presentes as ministras Márcia Lopes (Ministério das Mulheres), Anielle Franco (Ministério da Igualdade Racial), Sônia Guajajara (Ministério dos Povos Indígenas), Ester Dweck (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e Luciana Santos (Ministério da Ciência e Tecnologia). Participaram, ainda, Gleise Hoffmann (Secretaria de Relações Internacionais) e a Primeira-Dama, Janja Lula da Silva.



Na fala de todas as presentes do núcleo do governo ou dos movimentos sociais, a palavra de ordem foi em defesa do direito das mulheres viverem sem violência e sem serem alvo pelo simples fato de serem mulheres. Também foi



destacada a violência contra as minorias - negros, povos originários, LGBTQI+. Em sua fala, a ministra Márcia Lopes afirmou que o Levante Mulheres Vivas marca uma virada na luta contra a violência de gênero no país e que não há mais espaço para a naturalização das agressões.

“Eu penso que esse vai ser um momento que vai marcar um novo tempo para a vida das mulheres no Brasil, é disso que a gente precisava”.

Márcia Lopes também criticou as agressões e ataques dirigidos às parlamentares brasileiras ao defender o fim da violência política de gênero e a ampliação da participação das mulheres na política institucional.

“É insuportável ver deputados federais, senadores e tantos parlamentares ofenderem e agredirem as nossas parlamentares. Isso tem que acabar, e para acabar as mulheres têm que saber votar; não vamos votar em homens que agredam ou ofendam as mulheres. Não vamos votar nas mulheres que fazem de conta que defendem as mulheres. Esse é o nosso compromisso”.

Na manifestação também foram lembrados e repudiados os casos recentes de feminicídio, amplamente divulgados em todas as mídias.

Nós, mulheres Analistas-Tributárias, devemos nos somar em cada manifestação que tenha como foco a defesa das mulheres, a denúncia e repúdio da violência de gênero e da violência contra as minorias. Devemos caminhar juntas na construção de um mundo onde nossas filhas e netas não sejam alvo apenas por serem mulheres. Um mundo onde nossos filhos e netos aprendam, desde cedo, que uma sociedade igualitária, justa e inclusiva é construída dia a dia, por cada um de nós.

A qualquer momento as Analistas-Tributárias poderão nos encaminhar suas demandas. Para isso, utilize o e-mail mulheres@sindireceita.org.br.

Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br.



Sindicato

Editorial: Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, Um Compromisso de Todos e Todas

Mais do que uma data simbólica, este é um chamado coletivo para reflexão e à ação.

6 de dezembro de 2025 às 13:24

Atualizado: 7 de dezembro de 2025 às 08:57

No dia 6 de dezembro, o Sindireceita une sua voz à de toda a sociedade para celebrar o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Mais do que uma data simbólica, este é um chamado coletivo para reflexão e à ação.

Instituída pela Lei nº 11.489/2007, a data integra a campanha mundial do Laço Branco, movimento que surgiu após o Massacre de Montreal, ocorrido em 1989, no Canadá, quando 14 mulheres foram assassinadas em um ataque antifeminista na Escola Politécnica de Montreal. Esse episódio trágico mobilizou homens do mundo inteiro a se posicionarem publicamente contra a violência de gênero, reconhecendo que a mudança necessária para transformar essa realidade exige engajamento coletivo, e especialmente a participação ativa dos homens.

Recordar essa história é fundamental para compreendermos que a violência contra a mulher é uma realidade estrutural e que combatê-la exige compromisso diário e institucional.

No serviço público, este compromisso se traduz na promoção ativa da equidade e da igualdade. É dever das instituições públicas não apenas coibir atos de violência e assédio, mas também fomentar ambientes de trabalho seguros,



inclusivos e que valorizem a diversidade. A luta pela equidade de gênero no serviço público é uma luta por uma administração mais justa, representativa e eficiente, que aproveite os talentos de todas as suas servidoras e servidores em condições de igualdade.



O Sindireceita apoia e promove ações concretas que visam a erradicação da violência contra as mulheres e a construção desta equidade. Reflexo direto desse compromisso é a Comissão de Mulheres do Sindireceita, criada para ser um espaço potente de debate, proposição e visibilidade das pautas femininas. Manter e fortalecer a Comissão de Mulheres é uma escolha estratégica do Sindireceita, orientada para a construção de um futuro mais justo, igualitário e plural para as Analistas-Tributárias. Essa decisão expressa o reconhecimento do protagonismo feminino em todos os espaços de representação e reafirma o compromisso do Sindireceita com uma prática sindical que valoriza, protege e impulsiona a participação das mulheres.

Neste 6 de dezembro, renovamos nosso chamado para que homens e mulheres atuem lado a lado na superação da violência e das desigualdades de gênero, porque somente com engajamento conjunto construiremos relações mais justas e ambientes verdadeiramente seguros.



Comissão de Mulheres

30/11/2025



SINDICATO

#21 dias de ativismo

30 de novembro de 2025 às 12:29

Sindicato

#21 dias de ativismo

Pelo fim da violência contra as mulheres e do racismo

30 de novembro de 2025 às 12:29

Atualizado: 10 de dezembro de 2025 às 10:50



Ao longo dos 21 dias, a agenda do Ministério das Mulheres envolve campanhas nas redes sociais, ações nas ruas, projeções em prédios públicos e iniciativas voltadas à visibilidade de políticas e serviços já existentes, como a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que completa 20 anos no dia 25 de novembro. A programação tem como eixos o enfrentamento à violência doméstica e sexual, o combate ao feminicídio, a promoção da saúde das mulheres e das políticas de cuidado, além da defesa da igualdade racial e de gênero.

A Comissão de Mulheres do Sindireceita apoia esta iniciativa.

Nosso e-mail: mulheres@sindireceita.org.br

Participe do nosso grupo no WhatsApp. [Para ingressar](#)



De Norte a Sul, uma jornada nacional pelos direitos das mulheres

De 20 de novembro a 10 de dezembro, o Ministério das Mulheres coordena a campanha nacional “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e do Racismo”, em articulação com secretarias estaduais e órgãos de políticas para as mulheres em todo o país. A iniciativa reúne ações culturais, de comunicação e de mobilização social, além de intervenções no espaço público, para chamar a atenção da sociedade para a urgência de proteger os direitos das mulheres. A campanha reforça a centralidade das mulheres negras, que estão entre as principais vítimas da violência e do racismo no Brasil, e convoca toda a sociedade a assumir o compromisso de enfrentar essas violências ao lado do poder público.

Compromisso com a agenda internacional de direitos humanos

Ao longo dos 21 dias, a agenda envolve campanhas nas redes sociais, ações nas ruas, projeções em prédios públicos e iniciativas voltadas à visibilidade de políticas e serviços já existentes, como a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que completa 20 anos no dia 25 de novembro. A campanha incorpora datas estratégicas que dialogam com a realidade das brasileiras e com compromissos internacionais de direitos humanos:

- 20 de novembro - Dia da Consciência Negra;
- 25 de novembro - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres;
- 29 de novembro - Dia Internacional das Mulheres Defensoras de Direitos Humanos;
- 1º de dezembro - Dia Mundial de Combate à AIDS;
- 3 de dezembro - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;
- 6 de dezembro - Dia dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (campanha do Laço Branco);
- 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos.



Toda mulher tem direito a se deslocar com segurança, respeito e liberdade, sem medo nem assédio

Em 2 de dezembro, a campanha 21 Dias de Ativismo estará nas ruas mobilizando a população para o enfrentamento à importunação sexual contra as mulheres nos transportes públicos, com ações em terminais, rodoviárias, ônibus, metrô e trens para garantir respeito e segurança no ir e vir. Participe!

20 anos do Ligue 180: #EscutaQueTransformaVidas

Serviço nacional e gratuito que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana

Durante a campanha, o Ministério das Mulheres reforça a divulgação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que completa 20 anos em 25 de novembro. O serviço está disponível pelo telefone 180, WhatsApp (61) 9610-0180, pelo e-mail central180@mulheres.gov.br e em libras neste link (<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180/libras>).

Saiba mais em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180>

Fonte: Ministério das Mulheres (<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2025/21-dias-de-ativismo>)

Sindireceita
Diretoria Executiva Nacional
Secretária-Geral
Comissão de Mulheres



Sindicato

Novas Analistas-Tributárias tomam posse na Comissão de Mulheres do Sindireceita

Junto com a posse de todas as novas integrantes, foi realizada a escolha das Analistas-Tributárias que coordenarão os trabalhos.

28 de novembro de 2025 às 09:49

Atualizado: 1 de dezembro de 2025 às 22:06

O evento ocorreu de forma virtual, no dia 26 de novembro, com as presenças das integrantes anteriores da Comissão de Mulheres, que deram boas-vindas ao novo grupo criado. Junto com a posse de todas as novas integrantes, foi realizada a escolha das Analistas-Tributárias que coordenarão os trabalhos.

No período de 12 a 18 de novembro foram abertas inscrições para composição da Comissão de Mulheres do Sindireceita, para o mandato que abrangerá os anos de 2025 a 2028. A possibilidade de inscrição foi amplamente divulgada nos grupos de whatsapp e também no site de notícias do Sindireceita ([leia aqui](#)).





Durante o processo de inscrição, quinze Analistas Tributárias da Receita Federal do Brasil manifestaram interesse em participar desse importante coletivo, representando as mulheres filiadas ao Sindireceita. Todas que se inscreveram passaram a integrar a Comissão de Mulheres, que ficará assim composta:

Lúcia Helena de Andrade – Coordenadora-Geral – DS Brasília

Katia Rosana Nobre Silva – Coordenadora-Adjunta – DS São Paulo

Sandra Aparecida de Souza Pereira – Coordenadora-Adjunta – DS Brasília

Priscila Maria Borges de Rezende – Coordenadora-Administrativa – DS Vitória

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares – DS Brasília

Denise Rodrigues de Figueredo – DS Palmas

Fernanda Franklin da Silva – DS Sorocaba

Ivaniza Leão Santana Silva da Costa – DS Foz de Iguaçu

Karla Costa Fantacini – DS Ribeirão Preto

Maria Elena Miranda – DS São Paulo

Marlene Ribeiro Mafra Cruz – DS São Luís

Odete Apolinário de Souza – DS Cascavel

Regina Célia Kreuzsch Razzolini – DS Curitiba

Tânia Maria Fonseca da Silva – DS Natal

Vânia Maria de Oliveira e Silva – DS Manaus

Desde sua criação, a Comissão de Mulheres tem sido bastante atuante e presente nos eventos que tratam das pautas femininas, dando uma grande visibilidade ao Sindireceita junto à Administração da Receita Federal e sendo referência nas lutas junto aos coletivos de mulheres das diversas entidades sindicais e da sociedade civil.

Caberá ao grupo recém-constituído continuar o trabalho iniciado, e contribuir para ampliar a atuação do Sindireceita nas lutas das mulheres pela equidade de participação, dentro da Receita Federal e na entidade sindical, sem perder de vista a realidade de que a luta das mulheres é imensa, e as conquistas só virão estando inseridas nos diversos fóruns organizados, em especial aqueles para combate à violência e ao feminicídio.



Manter e fortalecer a Comissão de Mulheres é uma escolha estratégica do Sindireceita, orientada para a construção de um futuro mais justo, igualitário e plural para as Analistas-Tributárias. Essa decisão afirma o compromisso do Sindicato com uma atuação que reconhece, valoriza e projeta o protagonismo das mulheres em todos os espaços de representação.

Parabéns a todas que entendem a importância desse trabalho e se dispõem a atuar nesta frente de lutas tão necessária. Boa sorte!

A qualquer momento as Analistas-Tributárias poderão nos encaminhar suas demandas. Para isso, utilize o e-mail mulheres@sindireceita.org.br.

Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br.

Participe do nosso grupo no WhatsApp. Para ingressar clique [aqui](#).

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Sindicato

Receita Federal promove Live "Receita por Elas" nos 16 dias de ativismo para a eliminação da violência contra as mulheres

O evento será transmitido ao vivo pelo canal da Receita Federal no Youtube das 09:00h às 11:00h

26 de novembro de 2025 às 11:36

O evento se insere no marco do dia 25 de novembro, adotado pela Assembleia Geral da ONU como dia internacional para a eliminação da violência contra mulheres.

O dia 25 de novembro é, também, a data inicial para a campanha da iniciativa UNITE, que promove 16 dias de ativismo (de 25 de novembro a 10 de dezembro) para erradicar a violência contra mulheres e meninas. Neste ano, o tema escolhido para a campanha da UNITE é a Violência Digital.

Horário do evento: das 9 às 11 horas

Programa do Evento

Abertura: Sandra Aparecida Magnavita Castro, Comissão da Mulher, da Equidade, da Diversidade e da Inclusão (CMEDI)

Andrey Soares de Oliveira, coordenador-geral de Programação e Logística da Receita Federal(Copol)

Moderação

Giovana Camila Portolese, Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal(Sucor)



Palestrantes e Temas

Bloco 1 - As formas de violência contra a mulher e seu enfrentamento na sociedade civil

Violência digital contra mulheres e meninas - Prof. Vanessa Vilela Berbel,
Universidade Federal de Uberlândia

Violência de gênero e independência econômica - Prof. Bárbara Sordi Stock,
Universidad de Sevilla

Assédio sexual nas relações e trabalho - Prof. Vanessa Chiari Gonçalves,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Bloco 2 - As políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e sua atuação na Receita Federal

A parceria entre a Cidadania Fiscal e o Receita por Elas - Patrícia Aquino Gondim
e Ana Paula Sacchi Kuhar

Aduana por Elas: Modernização com Perspectiva de Gênero e o Combate à
Violência Econômica - Amanda Martha Vieira Scarlatelli Lima Dutra

Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual na RFB - Priscila dos Santos
Salles e Denise Freire Pereira

Conscientização e Educação Corporativa - Washington Torres



Sindicato

25 de novembro - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres

O Sindireceita reafirma seu compromisso na luta por justiça, igualdade e pela erradicação da violência contra as mulheres e meninas.

25 de novembro de 2025 às 09:58

Atualizado: 26 de novembro de 2025 às 09:18

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres nos convida a refletir e a somar esforços no combate à violência contra mulheres e meninas em todo o mundo.

A escolha da data homenageia as Irmãs Mirabal: três irmãs dominicanas Patria, Minerva e María Teresa Mirabal, assassinadas em 25 de novembro de 1960 por terem se oposto à ditadura de Trujillo na República Dominicana. O dia 25 foi oficializado posteriormente, em 1999, pela Assembleia Geral da ONU.

O Sindireceita reafirma seu compromisso na luta por justiça, igualdade e pela erradicação da violência contra as mulheres e meninas.





Sindicato

RFB realiza ação para mulheres em situação de vulnerabilidade

Ação nacional “Receita por Elas” envolve a destinação de mercadorias para instituições de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

18 de novembro de 2025 às 12:20

A Receita Federal do Brasil (RFB) promove nesta terça-feira, dia 18, a ação nacional “Receita por Elas”. A iniciativa envolve a destinação de mercadorias para instituições que atuam na proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

As mercadorias destinadas são oriundas de apreensões realizadas durante operações de combate a ilícitos. Os produtos são doados para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para órgãos públicos que desenvolvem projetos de apoio e acolhimento a mulheres vítimas de violência.





Mais de R\$ 56 milhões em mercadorias estão sendo destinadas a 227 instituições sociais e órgãos públicos, com a participação direta de 69 unidades da Receita Federal em todo o país. As doações incluem eletrônicos, roupas, entre outros.

A iniciativa ocorre em alusão ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro e instituído pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A ação nacional "Receita por Elas" integra o Programa Receita Cidadã, que promove a destinação sustentável de mercadorias apreendidas em parceria com instituições públicas e organizações sociais.



Sindicato

Inscrições abertas para compor a Comissão de Mulheres do Sindreceita

O período de inscrição será de 12 a 18 de novembro, para o mandato de 2025 a 2028

11 de novembro de 2025 às 15:40

Atualizado: 20 de novembro de 2025 às 10:59

A Comissão de Mulheres do Sindreceita informa que estão abertas as inscrições, conforme o Edital CM nº 001/2025 para as Analistas-Tributárias da Receita Federal do Brasil, filiadas ao Sindreceita, que desejarem integrar a Comissão de Mulheres do Sindreceita para o mandato de 2025 a 2028.

[Veja aqui o Edital](#)

As inscrições poderão ser realizadas por meio do formulário próprio, no período de 12 de novembro de 2025, a partir das 9 horas, até às 20 horas do dia 18 de novembro de 2025.

[Veja aqui o formulário eletrônico](#)

Importância da Comissão de Mulheres

Desde sua criação, a Comissão de Mulheres tem sido fundamental na promoção da equidade de gênero e na valorização das servidoras, com avanços significativos reconhecidos na atuação junto à Receita Federal e ao Sindreceita. Entre as conquistas estão o reconhecimento institucional, ações para combate ao assédio e violência contra mulheres, e a garantia de direitos para servidoras vítimas de violência doméstica, como o direito à remoção para proteção de sua integridade física e mental, consolidado pelo Parecer Vinculante da Advocacia-Geral da União aprovado em 2025.



A Comissão também tem promovido capacitações, debates e campanhas de conscientização, além de inserir pautas femininas na agenda sindical e avançar em políticas que incentivam a liderança feminina e melhoram o ambiente de trabalho para as Analistas-Tributárias.

Teletrabalho e a Portaria RFB nº 601/2025

Recentemente publicada, a Portaria RFB nº 601, de 30 de outubro de 2025, traz novas regulamentações para o Programa de Gestão e Desempenho da Receita Federal do Brasil (PGD/RFB), incluindo critérios para a concessão do teletrabalho em regime integral, conforme estabelecido no art. 7º, transcrito abaixo:

Art. 7º Será permitida, em caráter prioritário, a adesão ao PGD/RFB na modalidade teletrabalho em regime de execução integral aos agentes públicos do quadro de pessoal da RFB enquadrados nas seguintes hipóteses:

I - com deficiência ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

II - idosos;

III - acometidos de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, ou síndrome da imunodeficiência adquirida;

IV - gestantes;

V - lactantes com filhos no período de até vinte e quatro meses após o nascimento do neonato;

VI - com filhos no período de até trinta e seis meses após o nascimento do neonato;

VII - adotantes de criança de até oito anos de idade, no período de até seis meses após a adoção ou até a criança completar trinta e seis meses de idade;

VIII - que exerçam suas atividades no exterior, mediante autorização, nos termos dos arts. 8º a 10;

IX - que individualmente justifiquem o tratamento diferenciado, em casos excepcionais devidamente fundamentados pela chefia imediata do agente público, encaminhados pela via hierárquica ao gestor do processo de trabalho e aprovados pelo Comitê de Gestão de Pessoas - CGP da RFB; ou

X - com o abono de permanência concedido.

IX - que individualmente justifiquem o tratamento diferenciado, devido à natureza do serviço, à complexidade da matéria ou a seu desempenho, em casos excepcionais devidamente fundamentados pela chefia imediata do agente público, encaminhados pela via hierárquica ao gestor do processo de trabalho e aprovados pelo Comitê de Gestão de Pessoas - CGP da RFB.



As flexibilizações dos incisos IV, V, VI, VII e IX contribuem para a conciliação entre a vidas profissional e pessoal das servidoras, representando mais um avanço na valorização e apoio às mulheres no serviço público. Todas esta pauta foi solicitada oficialmente pela Comissão de Mulheres do Sindreceita ao Sr. Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Processo de Seleção e Posse

A seleção das candidatas será realizada pela Comissão de Mulheres, em reunião ordinária telepresencial. O resultado será divulgado no site do Sindreceita no dia 24 de novembro de 2025. A posse ocorrerá em reunião extraordinária também telepresencial, em 26 de novembro de 2025, às 15 horas, quando será eleita a nova Coordenação.

A apresentação oficial da nova Comissão de Mulheres do Sindreceita e de suas coordenadoras será realizada na XCVI Reunião Ordinária CNRE.

Convidamos todas as Analistas-Tributárias filiadas ao Sindreceita a se inscreverem e participarem ativamente dessa importante iniciativa que fortalece a representatividade feminina e promove direitos, respeito e igualdade na Receita Federal e no Sindreceita.

Divulgue para outras Analistas-Tributárias e participe!

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Sindicato

Outubro Rosa: informação e prevenção salvam vidas

Segundo o INCA, entre 2000 e 2023, houve uma redução na mortalidade por câncer de mama na população feminina de 40 a 49 anos. Esse avanço está diretamente ligado à conscientização e à efetividade do diagnóstico precoce

13 de outubro de 2025 às 15:21

Atualizado: 23 de outubro de 2025 às 10:47

O mês de outubro é dedicado à conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama — o tipo de câncer mais incidente entre as mulheres no Brasil (excluindo o de pele não melanoma) e também a principal causa de morte por câncer na população feminina.

Conforme dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo mais incidente entre as brasileiras (excluindo o de pele não melanoma) e também a principal causa de morte por câncer na população feminina. A estimativa é de que mais de 73 mil novos casos sejam registrados no Brasil apenas em 2025. Em 2023, a doença foi responsável por mais de 20 mil óbitos.

Apesar da gravidade dos números, há motivos para otimismo e ação. O levantamento do INCA aponta uma tendência positiva: entre 2000 e 2023, houve uma redução na mortalidade por câncer de mama na população feminina de 40 a 49 anos. Esse avanço está diretamente ligado à conscientização e à efetividade do diagnóstico precoce.



A detecção e o tratamento da doença em suas fases iniciais são decisivos para impedir que o tumor se espalhe, aumentando significativamente as chances de um tratamento eficaz e curativo. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma ferramenta fundamental nessa luta, tendo realizado 4,4 milhões de mamografias ao longo de 2024, a maioria como exame de rastreamento em mulheres sem sintomas.

Neste Outubro Rosa, o Sindireceita reforça a importância da informação, da prevenção e do cuidado com a saúde. Procure o serviço de saúde mais próximo, realize seus exames regularmente e incentive outras mulheres a fazerem o mesmo.

Diagnóstico precoce salva vidas. Cuide-se!

[Acesse a Cartilha "Câncer de mama: vamos falar sobre isso?".](#)





Sindicato

Sindireceita participa de evento em alusão ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

O encontro reuniu especialistas nas temáticas de raça e gênero, que destacaram a urgência de iniciativas institucionais voltadas à promoção da diversidade e da inclusão

25 de julho de 2025 às 19:23

Atualizado: 8 de agosto de 2025 às 07:29



Nesta sexta-feira, 25 de julho, o Sindireceita participou de um evento promovido pela Comissão de Diversidade da ANAFE e pelo Grupo de Trabalho de Igualdade Étnica e Racial da Advocacia-Geral da União (AGU), em alusão ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.



Representaram as Analistas-Tributárias da Receita Federal do Brasil: a diretora de Aposentados e Pensionistas, Marlene Cambraia; a diretora de Assuntos Aduaneiros, **Mariluce Vilela**; a secretária-geral, **Ieda Miranda**; a secretária-geral da Delegacia Sindical de Brasília, Verônica Oliveira; a vice-presidente do Conselho Estadual da Delegacia Sindical de São Paulo, **Katia Rosana Nobre**; a coordenadora da **Comissão de Mulheres do Sindireceita**, **Denise Figueiredo**; e **Maria Elena Miranda**, também integrante da Comissão de Mulheres.

O encontro reuniu especialistas nas temáticas de raça e gênero, que destacaram a urgência de iniciativas institucionais voltadas à promoção da diversidade e da inclusão, por meio do enfrentamento ao racismo não apenas no serviço público, mas em todas as esferas da sociedade.

Reflexões sobre a ausência de representatividade nos espaços de poder e decisão pautaram as falas das convidadas. “Não queremos ser ‘a única’, não queremos ser ‘a cota’. Mas quando olhamos para o serviço público e os cargos de tomada de decisão, ainda somos minoria”, afirmou a procuradora da Fazenda Nacional e assessora especial de Diversidade e Inclusão da AGU, Claudia Trindade.

A deputada federal pelo Paraná, Carol Dartora, também participou do evento e compartilhou sua trajetória: “Fui a proponente da lei de cotas no serviço público em Curitiba, porque meu primeiro emprego digno foi no serviço público.” Ela ainda destacou: “No entanto, ainda somos as que recebemos os menores salários e estamos em menor número em cargos de liderança, inclusive no Congresso.”

Durante sua intervenção, a secretária-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Adriana Cruz, ressaltou a importância de uma atuação institucional concreta: “Não adianta dizer que o racismo é um problema estrutural e não estabelecer um espaço institucional para combater esse problema em sua estrutura. É necessário criar espaços próprios para esse debate e elaborar soluções.”



Ao marcar presença no evento, o Sindireceita reforça seu compromisso com a construção de um serviço público mais diverso, justo e representativo. O Sindicato reconhece a importância de ampliar os espaços de escuta, valorização e protagonismo das mulheres negras, e reafirma seu apoio a iniciativas que promovam a equidade e combatam todas as formas de discriminação.





Sindicato

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

Sindireceita reforça compromisso com equidade racial e de gênero no serviço público

25 de julho de 2025 às 11:40

Atualizado: 27 de julho de 2025 às 21:24



Hoje, 25 de julho, é celebrado o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, data instituída em 1992 durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, na República Dominicana.



No Brasil, a data também homenageia Tereza de Benguela, líder quilombola que se tornou símbolo de resistência e luta contra o racismo e o machismo. A ocasião reforça a importância de reconhecer as contribuições das mulheres negras e de combater as desigualdades estruturais que ainda as atingem.

No serviço público, assim como em outros espaços, as desigualdades raciais e de gênero persistem, refletindo desafios históricos de acesso e ascensão profissional. Mulheres negras frequentemente enfrentam barreiras adicionais para ingressar e progredir em suas carreiras, evidenciando a necessidade de políticas afirmativas e de um compromisso coletivo com a equidade.

O Sindireceita reafirma seu apoio à promoção de iniciativas que ampliem a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, combatendo todas as formas de discriminação. Seguiremos firmes na luta por um serviço público mais justo e representativo, que valorize as vozes e os direitos das mulheres negras.



Sindicato

Comissão de Mulheres do Sindireceita apresenta Relatório de Atividades de 2024 no XCIV CNRE

Ações do Colegiado foram apresentadas pela Coordenadora-Geral da Comissão de Mulheres, Denise Figueredo.

30 de abril de 2025 às 12:43

Atualizado: 13 de maio de 2025 às 18:06

A Coordenadora-Geral da Comissão de Mulheres do Sindireceita, Denise Figueredo apresentou, durante a XCIV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) do Sindireceita, no dia 12 de abril de 2025, o Relatório de Atividades realizadas no ano de 2024 ([clique aqui para conferir](#)).

Em complementação às informações apresentadas, foi divulgada a 2ª Edição da Revista da Comissão de Mulheres ([clique aqui para conferir](#)), ou escaneie o Código QR abaixo.



No decorrer da apresentação, Denise Figueredo explicou que o Planejamento da Comissão de Mulheres em 2024 foi dividido em três áreas de atuação, sendo elas:

1. **COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE** - Comunicação interna, pensionistas, crimes contra mulher, saúde mental, sistematização dos arquivos da Comissão e podcast.

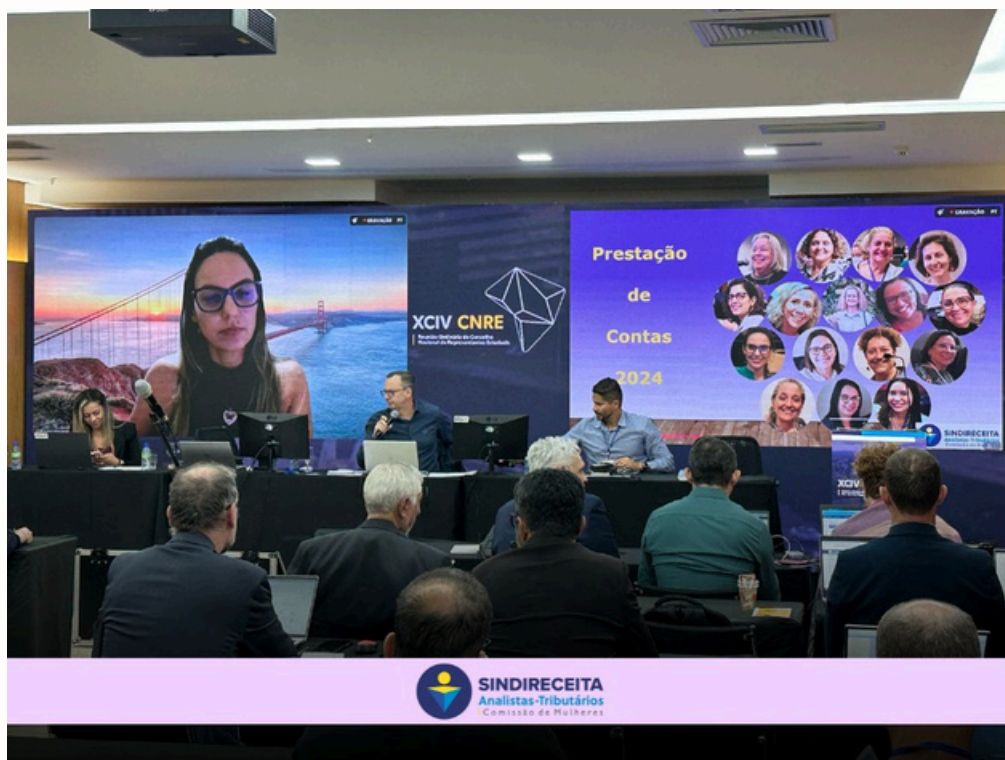


2. **CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO INTERNO** - Acolhimento, lives, trabalhadores do Sindireceita, reuniões presenciais e Plenária Nacional em 2025.

3. **AUTONOMIA E RELAÇÕES EXTERNAS** - Extensão da Portaria RFB nº 340/2023 e parceria com Ministério Público do Trabalho.

Entre as atividades realizadas em 2024, a Coordenadora-Geral da Comissão de Mulheres salientou sobre a importância de terem sido incluídos durante a AGN de Salvador, pela primeira vez, itens específicos na Pauta Reivindicatória da categoria que refletem as demandas das Analistas-Tributárias e direcionam os trabalhos da Comissão.

Com a finalidade de dar total transparência na demonstração dos recursos financeiros utilizados para o desenvolvimento dos seus trabalhos, foi explicado que foram gastos, em 2024, o total de R\$ 16.733,41 (dezesesseis mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos).





Tendo em vista que não houve liberação de recursos do Fundo de Reserva para suas atividades em 2024, todo recurso teve como fonte de custeio doações de Delegacias Sindicais e CEDS. Na oportunidade foi realizado o agradecimento às Delegacias Sindicais de Natal, Ribeirão Preto, São Paulo, Fortaleza, Curitiba, Londrina e ao CEDS Rio Grande de Sul, que patrocinaram suas atividades. Na ocasião, também foi informado que sem estes apoios não seria possível realizar as atividades da Comissão.

Denise Figueredo destacou, com entusiasmo, o excelente trabalho realizado pela Comissão de Mulheres, que tem sido fundamental no avanço das pautas das Analistas-Tributárias e das servidoras públicas em geral. A Coordenadora-Geral ressaltou, especialmente, as melhorias significativas no ambiente de trabalho na Receita Federal do Brasil (RFB) e a conquista do Parecer da AGU JM 07, frutos do empenho e dedicação dessa Comissão.

Contatos

- As Analistas-Tributárias podem encaminhar demandas e sugestões à Comissão de Mulheres do Sindireceita. Para isso, basta enviar um e-mail para o endereço mulheres@sindireceita.org.br.
- A Comissão também conta com o grupo “ATRFB Mulheres”, no WhatsApp. [Clique aqui para participar do grupo.](#)
- Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br.

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Sindicato

Comissão de Mulheres do Sindireceita lança nova edição de Revista

Na publicação, o Colegiado detalha ações desenvolvidas em 2024 e 2025, além de avanços, desafios e perspectivas.

10 de abril de 2025 às 10:55

Atualizado: 11 de abril de 2025 às 11:57

A 2ª Edição da Revista da Comissão de Mulheres do Sindireceita já está disponível para leitura ([clique aqui para conferir](#)). Na publicação, lançada neste mês de abril, o Colegiado destaca iniciativas desenvolvidas em 2024 e 2025, além de avanços obtidos nos últimos dois anos, desafios a serem superados e perspectivas.

Em julho, a Comissão de Mulheres completará três anos de existência. “Neste ano de 2025, quando a Comissão de Mulheres do Sindireceita completará três anos de existência e de atuação, podemos afirmar que avançamos nas discussões da questão de gênero dentro do ambiente sindical e da Receita Federal do Brasil, apesar das dificuldades e dos grandes desafios”, afirma a coordenadora-geral do Colegiado, Analista-Tributária Denise Rodrigues de Figueredo, na publicação.





A Revista reúne informações sobre diversas iniciativas conduzidas pela Comissão, tais como: o processo de planejamento das suas ações; materiais divulgados à categoria; realização de Lives; promoção de capacitação e fortalecimento interno; parceria com Ministério Público do Trabalho (MPT); extensão da Portaria RFB nº 340/2023; detalhes sobre o Parecer Vinculante da Advocacia Geral da União (AGU), sobre o direito de remoção às servidoras em situação de violência; entre outros temas.

A primeira edição da Revista da Comissão de Mulheres do Sindireceita foi lançada em setembro de 2024 ([confira aqui](#)). A publicação encontra-se dividida em quatro capítulos: Início; Trabalhos; Conquistas; e Futuro.

Contatos

As Analistas-Tributárias podem encaminhar demandas e sugestões à Comissão de Mulheres do Sindireceita. Para isso, basta enviar um e-mail para o endereço mulheres@sindireceita.org.br.

A Comissão também conta com o grupo “ATRFB Mulheres”, no WhatsApp. [Clique aqui para participar do grupo](#).

Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br.

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Sindicato

Governo institui Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens

Plano Nacional e seu Comitê Gestor foram instituídos pela Portaria Conjunta nº 2, de 7 de abril de 2025.

8 de abril de 2025 às 09:56

Atualizado: 10 de abril de 2025 às 16:35

Foi publicada na edição desta terça-feira, dia 8, do Diário Oficial da União (DOU), a Portaria Conjunta nº 2, de 7 de abril de 2025. Assinada pelo Ministério das Mulheres e outros dez ministérios, a referida Portaria institui o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens e o seu Comitê Gestor. O Plano terá vigência até o ano de 2027 e tem por objetivo promover iniciativas que contribuam para reduzir as desigualdades salariais e laborais no mundo do trabalho. [Confira a íntegra da Portaria aqui.](#)

O Plano Nacional observará as convenções e compromissos que visem promover a igualdade firmados pelo Brasil no âmbito internacional. A iniciativa possui seis diretrizes, sendo elas: igualdade de remuneração de mulheres e homens por trabalho de igual valor; igualdade de oportunidades no mundo do trabalho para mulheres e homens; o trabalho decente, com a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a ampliação da proteção social e o fortalecimento do diálogo social; eliminação de todas as formas de discriminação, violência e assédio no trabalho; responsabilidade compartilhada entre mulheres e homens pelo cuidado de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outras pessoas que demandem cuidado; e a transversalidade étnico-racial no trabalho.



O Plano conta, ainda, com três eixos estruturantes: ampliação do acesso das mulheres ao mundo do trabalho; permanência das mulheres em atividades laborais; e valorização e ascensão profissional das mulheres. As ações do Plano serão conduzidas pelo Comitê Gestor Interministerial instituído pela Portaria. O colegiado atuará como órgão de assessoramento e articulação, com o intuito de monitorar, avaliar e formular propostas de alteração ao Plano Nacional.

O Comitê Gestor Interministerial será composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério das Mulheres (MM), que o coordenará; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Igualdade Racial (MIR); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Os membros do Comitê Gestor Interministerial e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato da ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves. Além das pastas citadas acima, também assinaram a Portaria Conjunta nº 2, os seguintes ministérios: Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).



Sindicato

Sindireceita apresenta as reivindicações das Analistas-Tributárias ao secretário da RFB

A Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita protocolou um ofício ao secretário da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas encaminhando a carta da Comissão de Mulheres que apresenta a pauta reivindicatória das Analista-Tributárias

14 de março de 2025 às 15:52

Atualizado: 14 de março de 2025 às 15:58

No último dia 11, a Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita protocolou um ofício ao secretário da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas encaminhando a carta da Comissão de Mulheres que apresenta a pauta reivindicatória das Analista-Tributárias, aprovada na Assembleia Geral Nacional (AGN), principal órgão deliberativo da entidade, e que foi realizada em Salvador/BA em Setembro do ano passado.

[Veja aqui a Carta da Comissão de Mulheres](#)

[Veja o ofício enviado para a RFB](#)

No documento, a Comissão de Mulheres reivindica que seja tornada obrigatória na trilha de aprendizagem para servidores em exercício de cargo de chefia, supervisão e para novos integrantes da carreira, a participação em curso sobre assédio sexual e moral.

Neste mesmo sentido, reivindicam a criação de cartilha e ou mesmo um “código de conduta e ética para chefias”, acerca das posturas desejadas, com ênfase no tratamento das questões de gênero e assédios.



Ao todo são sete propostas. Entre as reivindicações a Comissão ainda apresenta como prioridade a realização do Encontro Nacional das Servidoras da Receita Federal, para discussão de uma pauta mais ampla, compartilhada e aperfeiçoada por todas as servidoras da Receita Federal.



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

8 de março de 2025

Brasília, 10 de março de 2025.

Ao Ilustríssimo Senhor Secretário Especial da Receita Federal do Brasil
ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

A Comissão de Mulheres do Sindireceita, aproveitando este momento de celebração do Dia Internacional da Mulher, apresenta a V.Sª a pauta das Analista-Tributárias, filiadas ao Sindireceita, aprovada na Assembleia Geral Nacional - AGN, principal órgão deliberativo da entidade.

1. Tornar obrigatória na trilha de aprendizagem para servidores em exercício de cargo de chefia, supervisão e para novos integrantes da carreira, a participação em curso sobre assédio sexual e moral;
2. Criação de cartilha, voltada para as chefias e supervisões, acerca das posturas desejadas, com ênfase no tratamento das questões de gênero e assédios. O objetivo é a criação de um "código de conduta e ética para chefias";
3. Fomentar e sugerir alteração da legislação de pagamento de diárias e passagens, buscando viabilizar a participação de mulheres em reuniões, capacitação, ou qualquer outra atividade de trabalho fora de sua unidade, possibilitando que as servidoras possam levar consigo a criança lactente até 2 anos e eventual cuidador;
4. Garantir a opção de teletrabalho em regime de execução integral para servidores com crianças menores de 12 anos, bem como para os responsáveis por pessoas com necessidades especiais e com lactantes até 2 anos;
5. Incluir na Política da QVT, de forma contínua, discussões, lives, palestras que abordem temas de questão de gênero, racismo e discriminação;
6. Realizar Encontro Nacional das Servidoras da Receita Federal com espaços de discussão de temas de interesse feminino, objetivando o debate de propostas a serem implementadas pela RFB.
7. Criação da inclusão seletiva na RFB (política afirmativa) em chefias e treinamentos, até o atingimento da paridade entre homens e mulheres.

Para os treinamentos, solicitamos que sejam divididas as vagas em 50% para cada gênero, podendo ser ocupadas diferentemente, caso não tenha atingido o



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| Comissão de Mulheres

8 de março de 2025

número de inscritos. Além desta regra, sugerimos cursos exclusivos para mulheres.

Com base em informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep), extraídas em 15/03/2024 do Sistema de Atividades Auxiliares, entendemos que a Receita Federal do Brasil deverá dar preferência às Analistas-Tributárias na nomeação de 56 chefias para o atingimento da equidade.

De todos os itens apresentados, acreditamos ser **prioritária a realização do Encontro Nacional das Servidoras da Receita Federal**, para discussão de uma pauta mais ampla, compartilhada e aperfeiçoada por todas as servidoras da Receita Federal. Na ocasião serão divulgados os feitos implementados pela Administração e a conquista de diversos coletivos femininos e sindicatos de servidores públicos junto à Advocacia-Geral da União, que analisou a minuta de documento gestado em nossa entidade sindical, produzindo o Parecer JM-07 que garante a possibilidade de remoção de servidoras públicas federais, vítimas de violência doméstica.

Aguardamos seja analisada a viabilidade de execução de cada item apresentado e caso haja a concordância de V.Sª para a realização do encontro que propomos, colocamo-nos à disposição para trabalhar de forma colaborativa na divulgação e realização do evento.

Documento assinado digitalmente
DENISE RODRIGUES DE FIGUEIREDO
Data: 14/03/2025 12:29:34-0300
Verifique em <https://validar.jc.gov.br>

COMISSÃO DE MULHERES DO SINDIRECEITA



Comissão de Mulheres

13/03/2025



SINDICATO

Confira o link da Live “Direito a remoção das servidoras vítimas de violência doméstica”

13 de março de 2025 às 09:54

Sindicato

Confira o link da Live “Direito a remoção das servidoras vítimas de violência doméstica”

Transmissão ao vivo será realizada às 15h desta quinta-feira, dia 13, pela plataforma Teams. Não perca!

13 de março de 2025 às 09:54

Atualizado: 13 de março de 2025 às 16:06

Informamos que já está disponível o link do Teams para que você, colega filiada e filiado, possa participar da Live “Direito a remoção das servidoras vítimas de violência doméstica - uma medida de urgência - Mais uma conquista”, que será realizada às 15h desta quinta-feira, dia 13. A transmissão ao vivo é uma realização da Comissão de Mulheres do Sindireceita, em conjunto com a Diretoria Executiva Nacional (DEN) e a Diretoria de Assuntos Jurídicos (DAJ) do Sindicato. [Clique aqui para participar da Live.](#)

Além de palestra e debates, a Live contará com o lançamento da “Cartilha sobre remoção das servidoras vítimas de violência doméstica - Uma medida de urgência” e da “Cartilha Sobre Assédio no Serviço Público”. As publicações foram desenvolvidas pela DAJ em parceria com a Diretoria de Comunicação (DCO).





A transmissão ao vivo integra a programação do Sindicato em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, e terá participações da advogada gerente nacional da DAJ, Dra. Alessandra Damian Cavalcanti e da servidora da Receita Federal do Brasil (RFB), Marielle Dornelas. A coordenadora-geral da Comissão de Mulheres do Sindireceita, Denise Rodrigues de Figueredo, mediará os debates no decorrer da Live.

Direito a remoção

As novas regras para a remoção de servidoras vítimas de violência doméstica fazem parte do Parecer nº 00004/2025/CONSUNIÃO/CGU/AGU, aprovado pela Presidência da República contemplando toda a Administração Pública Federal. O Parecer foi elaborado pela Consultoria-Geral da União (CGU), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) responsável por colaborar com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico junto ao Presidente da República. Os pareceres da AGU aprovados pela Presidência da República passam a ter vigência em todos os órgãos federais.

A elaboração do Parecer é resultado direto do trabalho realizado pela Comissão de Mulheres do Sindireceita e foi conduzido pela coordenadora-geral do Coletivo, a Analista-Tributária Denise Figueredo. Assinado pela Advogada da União, Dra. Alessandra Lopes da Silva Pereira, o parecer apresenta o histórico de atuação das servidoras públicas federais, entre elas as Analistas-Tributárias que integram a Comissão de Mulheres do Sindireceita que resultou na adoção desta importante medida de proteção. [Confira mais informações aqui.](#)



Sindicato

Editorial: Dia Internacional da Mulher

Confira as ações do Sindireceita em prol dos direitos das Analistas-Tributárias da Receita Federal do Brasil (RFB).

8 de março de 2025 às 09:00

Atualizado: 10 de março de 2025 às 11:42

Celebramos, neste 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. A Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindireceita saúda todas as mulheres, em especial, as Analistas-Tributárias da Receita Federal do Brasil (RFB) nesta importante data. O trabalho diuturno e a dedicação exemplar destas bravas servidoras do cargo contribuem para o fortalecimento da nossa Instituição e da Carreira Tributária e Aduaneira, para a garantia de atendimento de qualidade à população, bem como para a proteção da economia e soberania nacional.

Em 2025, a Entidade das Nações Unidas Especializada em Igualdade de Gênero e Empoderamento de Todas Mulheres e Meninas (ONU Mulheres) celebra este 8 de março com o tema “Para TODAS as mulheres e meninas: Direitos. Igualdade. Empoderamento.”. Conforme destacado pela ONU Mulheres em mensagem oficial ([confira aqui](#)), a temática escolhida pelo órgão “representa um chamado para ações que possam ampliar a igualdade de direitos, poder e oportunidades para todas, e um futuro feminista onde nenhuma seja deixada para trás”. De acordo com a Entidade, o empoderamento da próxima geração é fundamental para que estes objetivos sejam alcançados e a juventude será protagonista de mudanças duradouras, especialmente jovens mulheres e meninas.

A igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres é uma importante bandeira de luta defendida pelo Sindireceita. O nosso Sindicato atua em diversas frentes para garantir melhores condições de trabalho, valorização, respeito e desenvolvimento profissional às nossas colegas Analistas-Tributárias.



Em janeiro, a Diretoria Executiva Nacional requisitou a adoção de flexão de gênero, com a utilização da forma Analista-Tributária para a versão feminina, nos modelos de identificação do cargo de ATRFB. A solicitação foi encaminhada pelo presidente do Sindireceita, Thales Freitas, em ofício destinado ao subsecretário de Gestão Corporativa da RFB, Juliano Brito da Justa Neves ([saiba mais aqui](#)). Com a mudança defendida pelo Sindireceita, as servidoras ATRFBs passariam a contar com o uso da forma “Analista-Tributária” em suas Cédulas de Identidade Funcional e Distintivos Metálicos.

A garantia da possibilidade de remoção de servidoras públicas federais vítimas de violência doméstica também é uma bandeira de luta defendida pelo Sindireceita. Neste sentido, cabe destacar o [Parecer JM-07](#), desenvolvido pela Advocacia-Geral da União (AGU) e aprovado pela Presidência da República em fevereiro. O Parecer JM-07 foi elaborado após solicitação de diversas entidades e coletivos de representação do serviço público, entre eles o Sindireceita e a Comissão de Mulheres do Sindicato, além de movimentos da sociedade civil. O referido Parecer garante a possibilidade de remoção de servidoras públicas federais vítimas de violência doméstica, contemplando a prioridade no procedimento de todas as movimentações que as envolvam, com vigência em todos os órgãos federais. [Leia a notícia sobre o tema aqui](#).





Eventos e debates

A DEN também promoveu importantes debates sobre os direitos das mulheres nos últimos anos. Durante a Semana da Mulher de 2024, realizamos diversos eventos em parceria com a Comissão de Mulheres do Sindireceita, Secretaria Geral, Diretoria de Assuntos Jurídicos (DAJ) e Diretoria de Comunicação (DCO) do Sindicato ([relembre aqui](#)).

No ano passado, como parte das ações em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a Diretoria lançou uma edição especial do Podcast do Sindireceita. O episódio foi divulgado em 8 de março e teve como entrevistada a Analista-Tributária Valdiléia dos Reis Castro da Cunha ([saiba mais aqui](#)). A ATRFB trabalha na fiscalização de bagagens de passageiros internacionais e domésticos na Alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP e é reconhecida como uma referência na Aduana. Além de celebrar o Dia Internacional da Mulher, o lançamento do episódio também teve por objetivo homenagear o trabalho, a dedicação e toda a competência das servidoras públicas, em especial das Analistas-Tributárias da RFB.

Outro debate de grande relevância promovido pela DEN se deu em outubro de 2024. À época, lançamos um episódio do Podcast do Sindireceita sobre a cartilha “Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação”, desenvolvida pela Receita Federal ([confira mais informações aqui](#)).

A importância e os objetivos da cartilha da RFB foram amplamente discutidos no episódio. O episódio do Podcast contou com a presença do presidente da Comissão de Ética da RFB, José Ribamar Pontes; da secretária-executiva do colegiado, Cristiane Carvalho; da chefe do Escritório de Corregedoria da 8ª Região Fiscal (RF), Priscila Salles; e da servidora Técnica-Administrativa da 7ª RF, Hayane Ferreira. O Sindireceita esteve representado, na oportunidade, pela secretária geral DEN, Iêda Miranda; pela coordenadora da Comissão de Mulheres do Sindireceita, Denise Rodrigues de Figueredo; e pelo diretor de Comunicação, Moisés Hoyos.



Semana da Mulher 2025

Além das bandeiras de luta e ações anteriormente mencionadas, a Diretoria Executiva Nacional promoveu, neste ano, mais uma edição da Semana da Mulher. Lançamos a campanha “Analista-Tributária, força que inspira, coragem que transforma”, com o objetivo de celebrar a força, a história e as contribuições de todas as servidoras do cargo, ativas e aposentadas, que fazem a diferença em nossas vidas e em nossa profissão. Por meio desta iniciativa, colegas ATRFBs de todo o Brasil nos enviaram vídeos contendo relatos e mensagens inspiradoras em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Os vídeos foram divulgados no período de 2 a 7 de março nas redes sociais e grupos de notícias do Sindireceita no WhatsApp.

A Semana da Mulher 2025 contou, ainda, com a realização de uma Live Especial com palestra ministrada pela Analista-Tributária Davina Maia. A Live ocorreu às 14h do dia 7 de março. Na oportunidade, a colega ATRFB conduziu apresentação sobre o tema "Mulher: ponto de equilíbrio entre família, trabalho e sociedade" ([relembre aqui](#)).





Pauta Reivindicatória de 2025

Neste Dia Internacional da Mulher, não podemos deixar de ressaltar que, pela primeira vez, a Pauta Reivindicatória da nossa categoria abarca um conjunto de reivindicações específicas sobre a defesa dos direitos das Analistas-Tributárias. A Pauta Reivindicatória de 2025 foi aprovada pela Plenária da XVII Assembleia Geral Nacional (AGN), em setembro de 2024. Posteriormente, em dezembro do ano passado, os conselheiros e conselheiras da XCII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) aprovaram a inclusão da referida Pauta como um dos Indicativos para deliberação da categoria em Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), realizada no período de 10 a 17 de dezembro. O Indicativo sobre a Pauta Reivindicatória de 2025 foi aprovado por ampla maioria de votos na AGNU ([relembre aqui](#)).

Cabe destacar que a elaboração da pauta feminina foi baseada em pesquisa realizada entre as participantes do grupo “ATRFB Mulheres”, no WhatsApp. Os resultados da pesquisa foram consolidados em uma carta entregue pela Comissão de Mulheres do Sindireceita ao secretário especial da RFB, Robinson Barreirinhas, no dia 8 de março de 2024 ([saiba mais aqui](#)).

A Pauta Reivindicatória da categoria para o ano de 2025 conta com oito itens envolvendo pleitos específicos em prol dos direitos das Analistas-Tributárias e demais servidoras da Receita Federal, sendo eles: realização de curso sobre assédio sexual e moral para chefias da RFB; criação de um Código de Conduta e Ética para chefias da Instituição; fomento à participação de mães em eventos do Órgão; opção de teletrabalho em regime de execução integral para servidores responsáveis por crianças menores de 12 anos, por pessoas com necessidades especiais e para lactantes até os 2 anos; adoção de política afirmativa de inclusão seletiva para cargos de chefia na RFB; garantia de Remoção de Ofício para servidoras em situação de risco; inclusão de atividades sobre questão de gênero, racismo e discriminação na política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) da Receita Federal; e promoção do Encontro Nacional das Servidoras da RFB.



Neste Dia Internacional da Mulher, a Diretoria Executiva Nacional reafirma o seu compromisso histórico de luta por direitos, valorização, respeito, igualdade de oportunidades e reconhecimento às nossas colegas Analistas-Tributárias, ativas e aposentadas, em todo o Brasil. Nossa missão é fazer cada vez mais!





Sindicato

Sindireceita participa evento da AGU sobre novos pareceres vinculantes

Pareceres divulgados pela AGU ampliam a proteção à mulher e à primeira infância.

20 de fevereiro de 2025 às 09:08

Atualizado: 25 de fevereiro de 2025 às 08:56

A Secretária-Geral da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Iêda Miranda; a coordenadora-geral da Comissão de Mulheres do Sindireceita, Denise Figueredo; e as Analistas-Tributárias Karla Fantacini e Lúcia Helena de Andrade participaram, na manhã dessa quarta-feira, dia 19, de Cerimônia de Divulgação de pareceres vinculantes realizada pela Advocacia-Geral da União (AGU). Na ocasião foram divulgados três pareceres que ampliam a proteção à mulher e à primeira infância.





A solenidade ocorreu no auditório da Escola Superior da AGU, na capital federal, e contou com a presença de entidades de representação do serviço público, coletivos de mulheres e autoridades do Executivo e Judiciário. Compuseram a Mesa de Honra do evento, o advogado-geral da União, ministro Jorge Messias; a ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves; a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida; o consultor-geral da União, Andre Dantas; a Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), Marielle Dornelas; e a assessora especial de Diversidade e Inclusão da AGU, Claudia Aparecida de Souza Trindade.



Além de discursos realizados por integrantes da Mesa de Honra, a cerimônia também contou com explanações sobre a importância dos pareceres vinculantes conduzidas pela Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, Luciana Leal Brayner; pela Procuradora da Fazenda Nacional e coidealizadora do movimento Tributo a Elas, Herta Rani; e pela advogada da União, Alessandra Lopes da Silva Pereira.



Pareceres vinculantes

Durante o evento foram divulgados os Pareceres JM-07, JM-08 e JM-09, elaborados pela AGU e aprovados pela Presidência da República, com vigência em todos os órgãos federais. O [Parecer JM-07](#), publicado em 12 de fevereiro no Diário Oficial da União (DOU), foi desenvolvido após solicitação de diversas entidades e coletivos de representação do serviço público, entre eles o Sindireceita e a Comissão de Mulheres do Sindicato, além de movimentos da sociedade civil. O referido Parecer garante a possibilidade de remoção de servidoras públicas federais vítimas de violência doméstica, contemplando a prioridade no procedimento de todas as movimentações que as envolvam ([clique aqui para conferir a notícia divulgada sobre o tema no site do Sindireceita](#)).



Os Pareceres JM-08 e JM-09 têm por objetivo garantir proteção integral à primeira infância nas diversas modalidades familiares. O [Parecer JM-08](#) assegura a licença-maternidade para mães não gestantes em uniões homoafetivas. Por sua vez, o [Parecer JM-09](#) estabelece a garantia de licença-maternidade para o genitor monoparental. Ambos os Pareceres alinham a atuação do Poder Executivo a teses de Repercussão Geral já pacificadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e buscam reduzir a litigiosidade, promovendo maior segurança jurídica e previsibilidade na concessão da licença-maternidade.



Sindicato

Aprovado parecer sobre remoção de servidoras vítimas de violência doméstica

Atuação da Comissão de Mulheres do Sindireceita foi fundamental para aprovação do pleito feito à AGU.

13 de fevereiro de 2025 às 15:02

Atualizado: 20 de fevereiro de 2025 às 09:50



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou parecer vinculante a toda a Administração Pública Federal que prevê regras para a remoção de servidoras vítimas de violência doméstica. [Veja aqui mais informações](#)

Agora, servidoras públicas federais passam a ter direito a mudar sua localidade de trabalho quando este fator contribuir para a manutenção da condição de vulnerabilidade. [Veja aqui o despacho do Presidente da República.](#)



O parecer foi elaborado pela Consultoria-Geral da União (CGU), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) responsável por colaborar com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico junto ao Presidente da República. Os pareceres da AGU aprovados pela Presidência da República passam a ter vigência em todos os órgãos federais.

A elaboração do Parecer é resultado direto do trabalho realizado pela Comissão de Mulheres do Sindireceita e foi conduzido pela coordenadora-geral do Coletivo, a Analista-Tributária Denise Figueredo. Assinado pela advogada da União, Alessandra Lopes da Silva Pereira o parecer apresenta o histórico de atuação das servidoras públicas federais, entre elas as Analistas-Tributárias que integram a Comissão de Mulheres do Sindireceita que resultou na adoção desta importante medida de proteção. "Em 28 de agosto de 2024, diversas entidades representativas...Comissão de Mulheres do Sindireceita...encaminharam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pedido de parecer jurídico que contemplasse a possibilidade de remoção, a pedido, de servidoras vítimas de violência doméstica por motivo de saúde, quando sua permanência no local de lotação ofereça risco para a sua integridade física e psicológica". [Veja aqui o Parecer.](#)





Por meio de suas redes sociais, a procuradora da Fazenda Nacional (PGFN), Herta Rani, que foi uma das responsáveis pela elaboração do Parecer SEI nº 4113/2024/MF, primeiro passo para uma interpretação mais protetiva das mulheres vítimas de violência doméstica, e que deu origem ao Parecer Vinculante da Advocacia Geral da União (AGU), celebrou a conquista e destacou o trabalho realizado em parceria com a Comissão de Mulheres do Sindireceita. [Veja aqui mais informações.](#)



“Conheci a Denise em março de 2023, na Academia das Mulheres. Estávamos conversando sobre o que podia ser feito e falamos no Congresso Nacional sobre o assunto. Em julho de 2024, ela me procurou para dizer que precisava de apoio para construir um parecer vinculante dentro da AGU sobre a situação de violência doméstica vivida por servidoras e a possibilidade de serem removidas com urgência. Prontamente, achei a ideia maravilhosa e me propus a ajudar. Fizemos diversas reuniões na PGFN, na AGU, com a deputada federal Erica Kokay (PT/DF)”, destacou.



Veja o depoimento da procuradora **Herta Rani**.

O trabalho das servidoras também resultou na apresentação do Projeto de Lei (PL) nº 4688/2024 de autoria da Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA), e que propõe alterações na Lei nº 8.112/1990 para garantir às servidoras públicas em situação de violência doméstica o direito à remoção e à licença remunerada. “Hoje estamos muito felizes com o encaminhamento de todas as nossas propostas e acreditamos que o futuro será proveitoso. Quando várias mulheres se unem, os resultados são maravilhosos”, celebrou a procuradora da Fazenda Nacional (PGFN), Herta Rani. Veja aqui mais informações sobre o PL 4688 [clikando aqui](#).

História

Durante o Seminário de Planejamento da Comissão de Mulheres do Sindireceita, realizado em novembro de 2022, surgiu a ideia de se buscar outros coletivos de mulheres das várias entidades de servidores públicos para realização de um trabalho conjunto para solucionar o risco das mulheres que sofriam abusos e violências em seus locais de lotação. Para tais mulheres a separação do agressor pode significar a preservação de suas vidas e integridade mental.



Comissão de Mulheres

13/02/2025



SINDICATO

Aprovado parecer sobre remoção de servidoras vítimas de violência doméstica

13 de fevereiro de 2025 às 15:02





Em março de 2023, a Comissão de Mulheres partiu em busca de entidades aliadas para construir esse importante instrumento de segurança para as servidoras públicas. Diversas reuniões foram realizadas, conversas com parlamentares, Ministério das Mulheres, PGFN, entre outros, culminando no Parecer nº 00004/2025/CONSUNIÃO/CGU/AGU, assinado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União de 12/02/2025.



Foi uma longa jornada e nossa alegria ainda é maior por saber que a ideia desse parecer vinculante partiu da coordenadora-geral da Comissão de Mulheres do Sindireceita, a Analista-Tributária, Denise Figueredo, que em conversa com a Procuradora da Fazenda Nacional e integrante do Coletivo Tributo a Elas, Herta Rani, concordou com a viabilidade, e que foi imediatamente acolhido por todas integrantes das demais entidades. Hoje aquela ideia virou Parecer, assinado pelo Presidente Lula.

Merecem destaques as atuações técnicas precisas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Controladoria-Geral da União (CGU), que foram fundamentais para a conclusão do pleito.



Denise Rodrigues de Figueredo
Coordenadora-Geral da Comissão de Mulheres do Sindireceita





E sempre vale valorizar o fato de que essa luta só foi possível graças ao esforço e à união de quem trilhou junto nessa caminhada, ou seja, representantes das seguintes entidades: Tributos a Elas, Sinprofaz, Comissão de Mulheres do Sindifisco, Fisco com Elas, Elas no Orçamento, Instituto Empoderar, MPT Mulheres, Rede Equidade, ANAFE Mulheres, Carf com Elas, Aconcarf, ISP Brasil, Condsef/Fenadsef.





A vitória desse trabalho só faz com que a Comissão de Mulheres do Sindireceita tenha a certeza de que está no caminho certo e reforça a necessidade de uma luta contínua em busca da equidade, respeito e valorização das mulheres.

Participe da Comissão de Mulheres do Sindireceita

Participe do grupo ATRFB Mulheres no “WhatsApp”, [clique aqui](#).

A qualquer momento as Analistas-Tributárias poderão nos encaminhar suas demandas, utilize o e-mail mulheres@sindireceita.org.br

Nos casos de assédio, encaminhe seu e-mail para obter orientações e acompanhamento no endereço assedio@sindireceita.org.br

COMISSÃO DE MULHERES

2025 - 2028



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| Comissão de Mulheres



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

mulheres@sindireceita.org.br